



Argentina: pobreza e desemprego

Écada vez maior o crescimento do desemprego na Argentina. Ao contingente de 1,45 milhão de desempregados juntam-se 1,35 milhão de sub-empregados. Calcula-se, hoje, que 5 milhões de argentinos - o equivalente a 15% da população - vivem abaixo da linha de pobreza: sobrevivem com renda mensal inferior ao valor da cesta básica naquele país. A taxa de desemprego, no ano passado foi de 12%, a maior dos últimos 30 anos. No processo de privatização argentino, cerca de 350 mil trabalhadores de estatais perderam seus empregos. O setor privado engrossou a lista dos desocupados com outros 200 mil.

O Plano Cavallo, que mudou a economia da Argentina, fez aumentar o número de um novo personagem do país: o excluído social. E acentuou o contraste entre classes. Quando o presidente Menem assumiu, em 1989, a Argentina enfrentava uma hiperinflação. A partir de 1991, o país passou a contar com mais capital externo e a importar aceleradamente, o que agradou as pessoas com maior poder aquisitivo. Os pequenos negócios acabaram, sendo substituídos por grandes cadeias de lojas, onde o automa-

tismo é maior e menor a oferta de empregos. Como sempre o trabalhador é o grande prejudicado.

Na porta do jornal "Clarín" a fila em busca de empregos é diária. Por todo o País 170 mil pessoas estão, hoje, nas frentes de trabalho que pagam uma remuneração miserável. Mais gente do que o total de empregados na indústria automobilística, que é o carro-chefe da Argentina industrial atual. Os salários, desde a implantação do Plano, apresentaram uma perda real de 25%. A diferença é que com os preços estabilizados e a inflação mensal baixa, há a sensação de maior poder de compra com a mesma renda. Daí Menem contar ainda com 43% de aprovação dos argentinos. E novas eleições vêm aí.

Em seu discurso de candidato, o presidente Menem não disse que a inflação subiu, em janeiro, para 1,2%, índice recorde nos dois últimos anos. Também não falou que, em breve, lançará uma campanha para atrair investidores estrangeiros porque, nos últimos dois meses, mais de US\$ 2 bilhões saíram do sistema financeiro do país e não voltaram sob nenhuma forma de aplicação.

O plano de estabilização argentino necessita de mais de US\$ 10 bilhões ao ano

de investimentos estrangeiros para se sustentar, segundo informações do seu próprio governo. Além da fuga de capitais, a Argentina vem enfrentando uma queda na arrecadação de impostos. A situação é tão preocupante que Menem deseja criar um novo imposto, mesmo antes das eleições presidenciais, porque o déficit orçamentário é de US\$ 3 bilhões.

O PETRÓLEO

A Argentina corre o risco de chegar ao final da década sem qualquer reserva de petróleo. A denúncia é do professor Adolfo Silenzi de Stagni. Em 1989, o país dispunha de reservas de petróleo para quase 13 anos. No ano passado, as reservas reduziram-se para 8 anos. O esgotamento do petróleo argentino deve-se à exploração que vem sendo feita após a privatização da YPF.

As companhias privadas que passaram a dominar o setor têm demonstrado desinteresse em realizarem investimentos de risco, principalmente porque o estado se dispõe a vender-lhes a preços baixos áreas já descobertas, além de realizarem uma exploração predatória das reservas, procurando maximizar os lucros no curto prazo.

México: a novela continua

Opesado do México continua, mesmo com a ajuda internacional de US\$ 47,8 bilhões (US\$ 17,8 bilhões do FMI, dos quais US\$ 7,8 bilhões como empréstimo ponte; US\$ 20 bilhões de um fundo de estabilização dos EUA e US\$ 10 bilhões de outros países, através do BIS). O Brasil deverá contribuir com US\$ 300 milhões, apesar dos questionamentos internos que tal ajuda vem provocando. Cada vez mais dependente dos EUA, o México vê a situação agravada com o seu petróleo servindo de garantia aos empréstimos.

Além disso, de acordo com a Carta de Intenções estabelecida com o FMI, o governo mexicano se compromete a realizar uma série de reformas, apertando ainda mais a sua economia e aumentando as privatizações. A maior parte dos recursos será utilizada para pagar juros e compromissos internacionais.

Para o governo norte-americano era fundamental aprovar a ajuda de emergência porque é preciso reembolsar rapidamente as instituições que perderam dinheiro nos



Aroeira-95 - O Globo

Estados Unidos com a crise mexicana. Além disso, há a grande preocupação de reduzir o fluxo de fuga dos mexicanos para o país. Entre os argumentos está também o de que 700 mil empregos nos EUA dependem da economia mexicana. Isto ocorre porque o México é o terceiro parceiro comercial dos Estados Unidos- 70% das exportações e 65% das importações mexicanas são

feitas com seu vizinho continental.

Aluno aplicado do neoliberalismo, o México vem, desde 1988, sendo apontado como exemplo a ser seguido pela América Latina. Só que seu crescimento artificial baseado na âncora cambial levou a sucessivos déficits em conta corrente que chegaram a US\$ 30 bilhões. A nova política norte-americana, a partir de 1994, provocou uma fuga de capitais. As reservas mexicanas caíram de US\$ 25 bilhões para US\$ 6 bilhões. A partir daí, ocorreu, recentemente, uma desvalorização de 40% do peso, com reflexo principalmente na América Latina.

Paralelamente, a dívida social cresce com mais desempregos porque além das privatizações associadas a processos de demissão, as importações em grande número levaram ao fechamento da pequena e média industrial local. Agora, a margem da manobra da sociedade mexicana é cada vez menor, os custos sociais e econômicos cada vez maiores, além da soberania do país estar ameaçada.

Agora, o Brasil

O recado do Bird foi claro: Se o Brasil quiser evitar o impacto negativo da crise do México seu governo deve implementar as fases seguintes do Plano Real, o mais depressa possível. O governo do Brasil assimilou a ordem e rapidamente anunciou a reforma da Constituição incluindo nela, ao contrário do que dissera inicialmente, a flexibilização do monopólio do petróleo. Só que o modelo de ajuste neoliberal impulsionado pelo FMI e Banco Mundial mostrou ser muito perigoso e já está fazendo água. O que ficou claro na bancarrota do México, que saíra na frente na sua aplicação, e na Argentina.

O momento é difícil principalmente devido a crise mexicana. Até porque há uma fuga dos investidores estrangeiros dos mercados emergentes. Recentemente, o diretor executivo do FMI, Michel Camdessus, anunciou um plano especial para os países em convalescença. De sua lista de 10 economias que podem ter sérios problemas este ano consta o Brasil. A situação levou o professor José Luis Fiori, da USP, a ironizar: "o neoliberalismo é, na verdade, um neocolonialismo." Apesar desse quadro, o atual ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou exatamente a receita neoliberal a ser adotada pelo governo FHC, se aprovada pelo Congresso, para salvar o Brasil da crise. Talvez tenha errado o verbo.

O modelo econômico adotado pelo Brasil segura os preços de duas maneiras: aumentando as importações e valorizando a moeda local em relação ao dólar. Sem gerar dólares, o País, para fazer o pagamento de suas contas e investir em seu crescimento econômico, contava com o ingresso de dinheiro externo. A crise mexicana mostrou a fragilidade desta engrenagem e reduziu o interesse de investidores em países como o Brasil.

É preciso tirar do câmbio a função de ancorar sozinho o Plano Real. Até porque o barco começa a fazer água aqui também. Nos últimos meses, o Brasil apresentou um déficit comercial (importações maiores que as exportações) de US\$ 1,5 bilhão. A crise mexicana deixou a equipe econômica do governo tão assustada que seu porta-voz, o diretor da área externa do Banco Central, Gustavo Franco, prometeu ao empresariado internacional, em Londres, que a crise não afetará ao Brasil e que vamos privatizar ainda mais rápido, flexibilizando inclusive a área de petróleo. Quis mostrar que o Brasil continua um bom aluno do neoliberalismo, mesmo tendo o primeiro da turma – o México – levado bomba.

O Brasil precisa assumir, urgentemente, suas responsabilidades no continente não importando modelos fracassados e se mostrando desse modo fragilizado externamente. A reforma da Constituição será um momento decisivo para que o Brasil lute para ter um projeto nacional.

Seminário e livro: Neoliberalismo

Neoliberalismo foi tema de um seminário promovido pela AEPET no auditório da ABI, no último dia 10. Ao fazer a abertura do encontro, o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, destacou que o neoliberalismo vem desde o século XVIII, na Inglaterra, portanto, nada tem de novo. E alertou que se o Brasil não conseguir se libertar deste modelo, terá o mesmo destino do México. A professora Zuleide de Melo fez um resumo do neoliberalismo no mundo e mostrou sua preocupação com este sistema em nosso País. Já Ricardo Zaratini destacou que este modelo é de desmantelamento do País. Traçou um perfil do novo Congresso, sendo apoiado pelo orador seguinte, o ex-deputado Paulo Ramos, que também frisou ser a questão política.

Presentes, as deputadas federais Jandira Feghali e Cidinha Campos foram muito aplaudidas ao explicitarem mais a situação do Congresso. Também compareceram o presidente do Clube de Engenharia, Raimundo de Oliveira; representantes da Une, Umes e Ames; o ex-deputado Luiz Alfredo Salomão; o presidente da ADNAN, brigadeiro Ruy Moreira Lima; o deputado Carlos Carvalho, representando o líder do PT, Jacques Wagner e vários membros de entidades estatais e sindicatos. Foram muitas as mensagens recebidas, como a do Cardeal de São Paulo, D. Evaristo Arns.

Durante o seminário foi lançado o livro "Glossário Neoliberal", de Fernando Siqueira e Ricardo Bueno, **que está a venda na AEPET por R\$ 3,00** e relançado o livro "Japão, capital se faz em casa", de Barbosa Lima Sobrinho.

Refinaria: critério técnico ou político

Onúncio de uma nova refinaria da Petrobrás a ser estabelecida no Nordeste vem provocando muita confusão, com a disputa política de cinco estados: Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Agora Pará e Piauí também decidiram entrar na disputa, a qual até o Estado do Rio se lança. A Petrobrás que, desde 1988, vem estudando o assunto garante que o critério de escolha será técnico, considerando-se o custo fixo da refinaria, o custo social e o de petróleo. O investimento planejado fica em torno de US\$ 2 bilhões e já há, inclusive, a proposta de que sejam

construídas duas refinarias menores ao invés de uma só de maior capacidade.

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, é um dos que mais tem se empenhado na disputa para levar a refinaria para o seu estado, tentando contato com o ex-presidente Ernesto Geisel e com o senador Antônio Carlos Magalhães. Também o governador do Ceará, Tasso Jereissati, vem batalhando para ter a refinaria, afirmando que já entregou à Petrobrás um estudo ambiental para que a mesma fique a 60 Km de Fortaleza. O governo do Rio Grande do Norte foi ainda mais longe, colocando um anúncio nos grandes jornais no qual afirma que, apesar

das pressões políticas, no dia 30 de setembro de 1999, será inaugurada a refinaria naquele estado.

Menos sutil, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, vem tentando adiar a escolha para depois que o Congresso aprove a reforma da Constituição, acreditando que a quebra do monopólio será conseguida e com ela o Maranhão terá mais chance de ter a refinaria no estado construída pela iniciativa privada. A disputa chegou a tal patamar, que o próprio Tribunal de Contas da União decidiu examinar o assunto para garantir que os critérios técnicos prevaleçam.

Informe AEPET

- Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET)
- Av. Almirante Barroso, 22 - 19º andar Centro - RJ - Cep: 20031-000 - Tel.: 220-4774
- Jornalista Responsável: Celeste Cintra
- Diagramação e Editoração Eletrônica: Ícone Comunicação & Arte - Tel.: 220-5757
- Reprodução permitida, desde que citada a fonte

OUÇA

FAIXA LIVRE

Rádio Guanabara- 1.360 khz

Política, economia, área social, temas nacionais e internacionais

Debate com os ouvintes- telefone 220-1360

Ricardo Bueno e Álvaro Queiroz

De segunda-feira a sexta-feira, das 7:30 às 9:00